



## Programação marca aniversário do Conselho

*A diretoria do Cress 7ª Região decidiu comemorar as quatro décadas de existência da entidade com uma programação intensa e descentralizada.*

4-5



**O Movimento Social Organizado e o Serviço Social**

**D**ando continuidade à série de reportagens sobre visibilidade, que mostra como outros segmentos percebem o Serviço Social, o Praxis ouve representantes do movimento social. Eles revelam conhecer e respeitar o trabalho do assistente social. Mas, ao mesmo tempo, admitem que a profissão ainda é confundida com assistencialismo pela população.

8

### 6 AUDIÊNCIA

Projeto Zona Sul Legal é discutido na Alerj

### 6 CONSELHOS

Cress prioriza esse espaço democrático

### 3 COLUNA

Delegacias apresentam suas ações

### 7 TRABALHO

Meninos de rua resgatam a cidadania

### 3 DESCENTRALIZADO

Encontro prepara os assistentes sociais para o Nacional

## EDITORIAL

**A** Ética profissional foi o tema escolhido pela direção do Cress para comemorar quatro décadas de existência do Conselho Regional de Serviço Social. Uma programação intensa com lançamentos de projetos, palestras, festa e a realização de mini-cursos promete despertar o interesse de assistentes sociais de todo o Estado. Nas páginas centrais o leitor também pode ler sobre o resumo da história do Serviço Social, nesses quarenta anos, contado pela assistente social Regina Marconi, com a contribuição da agente fiscal do Cress 7ª Região, Nízia Maria Vieira dos Santos. A categoria poderá conferir os dados relativos ao mês do assistente social e a importância de participar dos eventos, principalmente daqueles que exigem inscrições prévias.

Na página 6 o leitor poderá acompanhar as ações do Cress junto aos Conselhos de Direitos e Políticas e em relação ao Projeto Zona Sul Legal, lançado pelo governo do estado em parceria com o município. Nesta edição há também o relato da experiência de um projeto, coordenado pelo assistente social e professor Ney Luiz Teixeira de Almeida, com adolescentes que trabalham nas ruas. O Práxis deste mês também traz a cobertura do Encontro Descentralizado, realizado em São Paulo e do Fórum Fluminense de Segurança Alimentar e Nutricional realizado no Rio de Janeiro.

A série de reportagens sobre visibilidade que aborda como os diversos segmentos da sociedade percebem o Serviço Social desta vez ouviu representantes do Movimento Social Organizado.

*A Diretoria.*

## ANOTE

É importante que os assistentes sociais manifestem suas opiniões e críticas ao Cress. Por isso, criamos a seção de cartas, como estímulo a maior interatividade. Participe!

## INFORMES

## SEMINÁRIO

Entre os dias 4 e 7 de novembro será realizado o Seminário Internacional de Ética e Direito Humanos na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os custos das inscrições, que poderão ser feitas durante o mês de outubro, são diferenciados para docentes e profissionais (R\$ 50,00), alunos da pós-graduação (R\$ 20,00) e alunos da graduação (R\$ 10,00). Os interessados podem adquirir mais informações no telefone (21) 3873 5438.

## ENCONTROS

A Comissão de Estudos do Uso de Álcool e Outras Drogas do Cress 7ª Região já está com o calendário de eventos pronto até o fim do ano. Dia 29 de setembro o encontro terá como tema: "Intervenção do Serviço Social na Prevenção do Uso e Abuso de Drogas na Educação". Dia 27 de outubro o tema será "Intervenção do Serviço Social na Prevenção do Uso e Abuso de Drogas na Saúde e Empresa". No dia 24 de novembro a Comissão fará uma avaliação de 2003 e planejamento para 2004. O horário dos encontros é de 10h às 12h.

## CONFERÊNCIA

A IV Conferência Nacional de Assistência Social será realizada de 7 a 10 de dezembro de 2003, em Brasília, DF. O tema central será "Assistência Social como Política de Inclusão: Uma Nova Agenda Para a Cidadania - Loas 10 anos". A Conferência que é promovida pelo Conselho Nacional de Assistência Social, com apoio do Ministério da Assistência Social, contará com quatro subtemas: Assistência Social: conceber a política para realizar o direito; Organização e Gestão: planejar localmente para descentralizar e democratizar o direito; Financiamento: assegurar recursos para garantir a política e Mobilização e participação como estratégia para fortalecer o controle social. É preciso lembrar que a Conferência é um fórum de decisões e não constitui, portanto, um evento de capacitação em que os participantes ainda tomarão conhecimento das grandes questões da assistência social. A Conferência Nacional deve reproduzir um processo acumulado de avaliação e proposição.

## REUNIÃO AMPLIADA

A Comissão Sociojurídica do Cress 7ª Região realizará a IV Reunião Ampliada, no dia 19 de setembro (sexta-feira) com o tema: "Pensando o fazer profissional: o debate sobre a instrumentalidade e a sistematização". Já estão confirmadas as presenças das assistentes sociais Ivana Alves Machado (Degase - CAI Baixada), Ana Lúcia Gomes Alcantara (TJ - Vara da Infância e Juventude de Nova Iguaçu), Ana Sílvia Furtado Vasconcelos (Equipe de Serviço Social do Desipe) e um representante

## NEAT

O Núcleo de Estudos e Assessoria ao Trabalho do Cress 7ª Região realizou no dia 25/06, no auditório do CRESS mais um evento sobre as Atribuições e Desafios do Serviço Social na Área do Trabalho. As discussões iniciaram com a palestra sobre Projeto de Intervenção da prof. Ilma Resende/UFRJ. A temática versou sobre a lógica do capital instituindo os serviços de natureza social em virtude das pressões exercidas pela classe trabalhadora e pelos demais setores organizados da sociedade para melhores condições de reprodução social.

da equipe de Serviço Social do Ministério Público para o debate. Depois da mesa "Reflexões sobre a instrumentalidade e a sistematização no exercício profissional" haverá debate com os professores Yolanda Guerra (UFRJ) e Ney Luiz Teixeira (Uerj/UCB). Além disso, a Comissão Sociojurídica destacará as suas ações e projetos. O evento será no auditório do Ministério Público. Av. Marechal Câmara 370, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro. As vagas são limitadas e as inscrições antecipadas podem ser feitas pelo telefone 2240 1727 ou pelo e-mail: [secretaria2@cressrj.org.br](mailto:secretaria2@cressrj.org.br)

As populações que demandam estes serviços constituem hoje o usuário do Serviço Social. Neste contexto, cabe aos profissionais oferecerem tais serviços sob a ótica da cidadania. Logo depois houve as apresentações das experiências das assistentes sociais Maria Domingas Vasconcelos (CLIN - Companhia de Limpeza de Niterói), Márcia Deptuffky e Maria do Amparo Vieira (Tribunal Regional Federal). A seguir houve um caloroso debate. O NEAT informa que está organizando um novo encontro para dia 27/08, com o tema Responsabilidade Social das Empresas, e ainda há a previsão de mais um encontro no dia 20/10, com tema a ser definido.

## COMISSÃO DE PPD

A Comissão de Pessoas Portadoras de Deficiências informa que estão sendo realizadas reuniões toda a primeira quinta-feira do mês, às 17h30min e a Comissão do Idoso realiza as reuniões na segunda quarta-feira do mês às 17h e 30min. Participe!

## ALERTA

A anuidade do Cress é um tributo devido por todos os assistentes sociais inscritos no Conselho e que deve obrigatoriamente ser cobrado pelas diretorias.

É com o valor das anuidades que a entidade implementa suas atividades.

Na atual gestão foi instituída a Comissão de Inadimplência que vem buscando, junto com os assistentes sociais inadimplentes, formas de pagamento de seu débito dentro dos limites legais e de modo a evitar a cobrança judicial.

Cabe ressaltar que os débitos com o Cress só devem ser negociados na própria sede do Conselho e, nos casos de assistentes sociais já executados judicialmente, junto ao escritório da advogada Marta Mariotti. Nenhum outro advogado ou escritório de advocacia está autorizado a executar a cobrança da anuidade em nome do Cress.

## Satisfação

Gostaria de registrar a minha satisfação de encontrar entre as diversas comissões temáticas promovidas pelo Cress, em especial, a Comissão de Pessoa Portadora de Deficiência. Chamo a atenção da categoria, principalmente os assistentes sociais atuantes na área, para a importância de participar efetivamente das reuniões promovidas por essa comissão, que é de fundamental importância para o comprometimento destes profissionais, no sentido de nortear o nosso projeto ético-político profissional.

*Lilian Menezes.*

## CARTAS



## EXPEDIENTE

## PRAxis

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO - JUNHO / 2002

Presidente: Hilda Corrêa de Oliveira  
Vice-Presidente: Mavi Pacheco Rodrigues  
1ª Secretária: Rosely Reis Lorenzato  
2ª Secretária: Marcio Eduardo Brotto  
1ª Tesoureira: Vera Maria Ferreira Santos  
2ª Tesoureira: Marinete Cordeiro Moreira

Suplentes: Andreia Cristina Alves Pequeno, Renato dos Santos Veloso, Rodrigo Silva Lima, Elisabete Amorim Leandro, Fátima Valéria Souza e Claudete Jesus de Oliveira

Conselho Fiscal: Eliziane Oliva Dourado, Magali da Silva Almeida e Sandra Regina do Carmo - Suplentes: Italuana Guimarães Rosário, Tânia Maria Dahmer Pereira e Luciene da Rocha

Comissão de Comunicação: Elisabete Amorim Leandro, Hilda Correa de Oliveira e Marcio Eduardo Brotto.

Norte e Nordeste Fluminense - Delegado: Leonardo Marques Pessanha; Tesoureiro: Junia de Souza Elias; Secretário: Surama Fonseca Monteiro. Suplentes: Mauci Isabel dos Santos e Tânia Elizabete Gonçalves  
Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro  
Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense - Delegado: Ariane Rego de Paiva; Tesoureiro: Angela Amélia Chaves de Sá; Secretário: Eliane Coimbra Farhat. Suplentes: Luciana Adriele do Nascimento e Cristiane Valéria da Silva Barvelo  
Rua 25-A, 23 s/802, Vila Sta. Cecília - CEP 27261-050  
Telefax: (24) 342-6886

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/RJ 17.232)  
Projeto Gráfico e Diagramação: Virginia Aôr (MTB/RJ 18.588)  
Ilustração: Carlos D  
Impressão: Tipológica  
Tiragem: 10.000 exemplares

Rua México, 41, grupos 1203-1205  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20031-144

Telefax: (21) 2240-1727 / 3627 / 0822  
e-mail: [comunicacao@cressrj.org.br](mailto:comunicacao@cressrj.org.br)

# Encontro Descentralizado



O Encontro Descentralizado de 2003 do Conjunto CFESS/Cress da Região Sudeste aconteceu em São Paulo entre os dias 1 e 3 de agosto. A mesa de abertura do evento contou com a participação de representantes dos Conselhos Regionais de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, da presidente do CFESS, Lea Braga, e da representante da Abepss, Elisa Brizola. Lea destacou a importância dos encontros descentralizados para a construção da agenda do Encontro Nacional, que é anual e deliberativo. Ela demonstrou muita preocupação com os rumos do governo Lula, que não tem respeitado o que o Serviço Social defende. “A esperança dá lugar a preocupação”, enfatizou. A diretora da Delegacia Seccional de Campos foi a representante do Rio de Janeiro nessa mesa e ressaltou a preocupação que o Cress 7ª Região tem apresentado na atuação dos Conselhos de Direitos e de Políticas.

## Fim dos direitos

O primeiro debate do Encontro teve como tema “A conjuntura brasileira e os desafios colocados para o fortalecimento das políticas sociais”. Os convidados para fazer a exposição do tema foram a professora Maria Carmelita Yasbek e o professor Evaldo Amaro Vieira. Ambos fizeram uma análise conceitual das políticas sociais.

Vieira afirmou que o governo Lula está sob o signo do neoliberalismo, que é igual ao liberalismo radical e que pode significar a eliminação dos direitos universais. Os direitos sociais deixam de ser direitos para ser um produto a ser vendido. A proposta é de que a população passe a ser auto-sustentável e que a população mais pobre receba o mínimo para se estabelecer. É uma política de direitos sociais e políticas sociais de emergência, tópica e necessária, com base no cálculo do mínimo. Ele alertou para os perigos da despolitização da política social que acaba gerando um predomínio da política tecno-burocrática. Na análise do professor, a política do atual governo federal passa a ser uma política monetária com relação custo/benefício. Ele garante que não há política social sem política econômica. “A separação é apenas didática”, explica. Por isso, a política social é a expressão de uma política monetária e centrada no controle do déficit público. Vieira mostra ainda que no acordo do Fundo Monetário Internacional (FMI) o investimento social é considerado gasto público e diminui o superávit primário. Com isso, concluiu ele, o conceito de bem-estar social esvaziou.

Yasbek inicia sua exposição falando das dificuldades de analisar a conjuntura atual. Ela avalia que há um crescimento do número de pobres e que o mundo caminha

para uma desigualdade ainda maior, registrando que 32% do PIB mundial está nos Estados Unidos. A professora explica que está havendo um deslocamento da questão social para fora do público, como se tudo pudesse ser resolvido através da solidariedade. É uma forma despolitizada e refilantropizada, em que há espaço para o crescimento do terceiro setor.

Yasbek destaca as políticas erráticas desenvolvidas pelo atual governo federal, que são tímidas e insuficientes e que estão longe de atender realmente a população. No programa Fome Zero, por exemplo, opina a professora, a disputa política não aparece. O que se destaca são indústrias se promovendo. Ela teme que as políticas não se realizem como direito e, portanto, não se politizem, ficando apenas no campo do assistencialismo. Ela destaca a importância dos Conselhos de Direitos e de Políticas para o controle social. Conclui afirmando que esse é o momento de definir as mudanças em andamento. Depois da exposição dos professores foi feito um debate com ampla participação dos presentes. O primeiro dia do evento fechou com um coquetel oferecido durante a festa do Vinil, realizada no hotel em que foram desenvolvidas as atividades do Descentralizado.

No segundo dia o Encontro abriu com uma palestra da professora Maria Lúcia Barroco sobre “Reflexão sobre os 10 anos do Código de Ética”. Ela recuperou o histórico da construção do atual Código de Ética e destacou os princípios defendidos pelo código. Durante o debate que se seguiu a exposição da professora, várias questões sobre como o código pode orientar os profissionais em seu cotidiano apareceram e exigiram algumas posições de Lúcia Barroco. À tarde foram realizados os trabalhos em grupo. Estavam previstos os grupos: administrativo e financeiro; ética e direitos humanos; Cofi, processos de trabalho e Serviço Social e formação profissional. Foram criados, durante o Encontro, mais dois grupos: Comunicação e Seguridade Social.

## Polêmica

O terceiro dia foi reservado para a plenária final. A maioria das questões encaminhadas pelos grupos foi aprovada. Algumas sofreram modificações no sentido de acrescentar informações ou corrigir o relatório dos grupos. A maior polêmica ficou por conta de uma proposta apresentada pelo Cress do Rio de Janeiro no grupo de comunicação sobre a criação de um jornal nacional do Conjunto CFESS/Cress que expresse a opinião do Serviço Social, mas que seja voltado para fora da categoria.

## DELEGACIAS

### Campos

Delegacia Seccional de Campos do Cress – 7ª Região vem identificando novas demandas de capacitação profissional voltada para os assistentes sociais inseridos no mercado de trabalho.

De acordo com o art. 10 da resolução 382 do CFESS de 21/02/99, referente à Política Nacional de Fiscalização, compete à Comissão de Fiscalização “promover reuniões e debates com representantes da Abepss, Enesso, Comissão Permanente de Ética, supervisores e outros membros de Unidades de Ensino para discussão do estágio acadêmico e da disciplina de ética, visando garantir a qualidade do exercício profissional”. Por isso, a Delegacia está propondo que esse trabalho se faça de forma articulada com a unidade de ensino de Serviço Social de Campos.

A primeira proposta foi a realização de uma oficina para os profissionais de Serviço Social, no dia 27 de agosto, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social de Campos dos Goytacazes, que é um campo de estágio supervisionado do Departamento de Serviço Social de Campos-UFF. O tema da oficina será: “Projeto Ético-político do Serviço Social e os desafios para Implementação da LOAS”, com a participação das professoras Leda Regina e Isabel Chaves.

No dia 22 de julho, a Delegacia de Campos realizou uma oficina entre profissionais de Serviço Social e Conselheiros Tutelares, com o objetivo de propiciar a maior interação entre os mesmos, através do esclarecimento sobre as atribuições do Serviço Social nos espaços de atendimento ao segmento criança e adolescente, conhecimento das atribuições do Conselho Tutelar, bem como forma de efetivá-la no contexto dos Programas Sociais disponíveis no município.

Os pontos discutidos/sugestões no que se refere à atuação dos conselheiros Tutelares foram os seguintes: Quando houver encaminhamento de criança/adolescente para abrigo, enviar síntese informativa contendo as providências já tomadas e condições em que este se encontrava; encaminhar sempre que possível documentação da criança/adolescente; informar a família quando possível o local para onde foi encaminhado a criança/adolescente. Já os pontos discutidos/sugestões no que se refere à atuação do Serviço Social foram: o Estudo Social na área do Serviço Social, é atribuição privativa do Assistente Social, portanto sua necessidade deverá ser identificada pelo profissional de Serviço Social, bem como a necessidade da garantia do sigilo em relação às informações contidas neste Estudo; a visita domiciliar não é privativa do Serviço Social, cada profissional das diversas áreas procederá à visita com objetivos específicos; o termo “serviço social” citado no art. 136, inciso III, alínea a, refere-se aos equipamentos e programas sociais, e não à prestação de Serviço Social ou especificamente aos Assistentes Sociais; na ausência de programas e serviços solicitados pelos conselheiros tutelares, caberá ao assistente social comunicar tanto ao C.T. quanto ao responsável pela instituição, a falta do programa e serviço, quando isto estiver ocorrendo.

### Sul-Fluminense

A Delegacia Seccional Sul-Fluminense do Cress 7ª Região (Volta Redonda) continua com a agenda cheia. Além das reuniões semanais de diretoria, que ocorrem todas as terças-feiras, às 18h. Há um grupo de estudo, que acontece quinzenalmente e discute temas atuais, como por exemplo a Reforma da Previdência, e que tem feito grande sucesso na categoria. A Delegacia participou do Encontro Descentralizado da Região Sudeste, que ocorreu em São Paulo, com a presença de dois diretores e uma assistente social da base e no Encontro Nacional CFESS/Cress, em Salvador, com um diretor e uma assistente social da base como delegados. Para o mês de outubro, em comemoração aos 40 anos do Cress, a Delegacia Seccional está organizando dois cursos com o tema “Ética e Projeto Ético-Político do Serviço Social”. No dia 10 de outubro em Angra dos Reis, no auditório da Defesa Civil, de 9h às 17h, e no dia 15 de outubro em Barra do Piraí, no Centro de Estudo Ronald de Carvalho - Santa Casa de Misericórdia. Os cursos serão destinados aos profissionais e contarão com trinta vagas cada.

# Cress comemora 40 an

## Quatro décadas de história marcam aniversário do Conselho

A primeira gestão do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região tomou posse oficialmente em outubro de 1963, reunida em sessão solene, no auditório da Legião Brasileira de Assistência (LBA) presidida pelo sindicato dos Assistentes Sociais do antigo Estado da Guanabara. A eleição da diretoria do Cress foi coordenada pelo sindicato da categoria. Faziam parte da chapa os assistentes sociais: Maria Josephina Albano (presidente), Helza Gomes (vice), Maria José de Oliveira (1ª secretária), Thea Konel Fonseca (2ª secretária), Luiz Pinto Bravo (1º tesoureiro), Carmem Kingston (2º tesoureiro) Dinéa da Purificação, Flora Amélia de Oliveira, Mercedes Junca Trindade, Yvette Araújo, Átila Barreto e Maria Ameia Medeiros (suplentes). No Conselho Fiscal: Maria Izabel Bretas, M. Elza Veiga, Corina de Almeida Santos e como suplentes: Sylvania Correia Ludolf, Jayme de Moreira e Silva e Bernadete Silva.

Segundo a agente fiscal do Cress/RJ, Nízia Maria Vieira dos Santos, a entidade tinha um caráter burocrático que cumpria basicamente a função de registro. Ela lembra que na época vários profissionais que tinham o curso técnico de Serviço Social (os chamados agentes sociais) mais cinco anos de experiência profissional foram am-

parados pela lei de regulamentação profissional e puderam ter seus registros no Cress. Nízia conta que só em 1984, a gestão presidida pela assistente social Marilza Medina, apresentou uma proposta de abrir a entidade para a categoria. No mesmo período, destaca a agente fiscal, foi criada a primeira Comissão de Fiscalização, que foi formada em assembléia dos assistentes sociais.

### História

A assistente social Regina Marconi, que foi presidente do Conselho durante um pequeno período de transição, resgata a história do Serviço Social nessas últimas quatro décadas. Ela esclarece que o Conselho Federal de Assistente Social (CFAS) e os Conselhos Regionais (CRAS) vieram como a consequência da imposição da Lei de Regulamentação do Serviço Social para exercer atividade específica de fiscalização do exercício e da ética profissional. Ela lembra que os sindicatos sempre foram a referência da categoria, principalmente a partir de 1978, quando começa a crescer de forma fervescente o movimento sindical nas greves do ABC paulista, lideradas pelo então líder Luis Inácio Lula da Silva. Regina relata que nesse período foi criada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas), que contribuiu com sua política para canalizar o descontentamento e a discordância da categoria em relação ao autoritarismo com que era realizada a organização dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS). Havia uma convivência com o poder instituído.

Durante o III CBAS, conhecido como



o "Congresso da virada", os assistentes sociais, sob a direção da Ceneas, que levava para o seio da categoria a discussão política totalmente diferente da que vinha sendo mantida pelo conjunto CFAS/Cras (antigas siglas do conjunto CFESS/ Cress), rompe com as posições conservadoras que estavam à frente da organização dos congressos. Regina Marconi recorda que é nesse momento que é possível dar um novo rumo à profissão, pois a ruptura não significava só um pensamento mais democrático, mas também a proposta de uma profissão diferente. Isso faz com que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

(Abepss – antiga Abass) aponte claramente para um novo currículo mínimo com uma direção social dos cursos.

O Ceneas vira Anas (Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais), em 1983, mesmo ano da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que tinha a perspectiva de romper com os limites da corporação e dar ao trabalhador uma consciência de classe. O objetivo da proposta era a transformação para uma sociedade mais justa e igualitária. Os assistentes sociais saem na vanguarda desse processo e migram para os sindicatos de ramo, esvaziando os sindicatos da cate-

goria que são fe-  
oria. O conjun-  
a referência pa-  
passam a ter un-  
via antes e abs-  
ca, relata Regi-  
ca que a gestão  
de Janeiro, em  
"Congresso da  
Ferreira da Silv-  
vice, foi també-  
sonância com  
das pelo CBA  
mento em que  
ram a se afasta

## PROGRAMAÇÃO DE OUTUBRO

A atual gestão do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região decidiu fazer durante todo o mês de outubro atividades comemorativas pelos 40 anos de Cress. Todos os eventos necessitam de inscrição prévia (exceto o filme do Projeto Cinema no Cress, cujas senhas serão entregues meia hora antes do início da projeção). Os mini-cursos terão taxa de inscrição de R\$ 10,00, que pode ser paga no local do curso, 30 minutos antes de seu início (é necessário que se faça inscrição prévia). Vale lembrar que todo o processo de inscrição terá início no dia 15/09/2003. As inscrições devem ser feitas pessoalmente ou por telefone. Não serão aceitas inscrições por e-mail, já que o número de vagas é muito pequeno e pode haver problemas de confirmação.

### 1/10 (quarta-feira)

A Mesa de abertura do mês terá como tema "O Projeto Ético-Político do Serviço Social e o papel do Conjunto CFESS/ Cress - 40 anos de luta". - Todos os palestrantes já passaram pela diretoria do Cress 7ª Região. Elaine Behring é professora da Uerj e doutora. Maria Inês Bravo também é professora da Uerj e doutora. Marcelo Braz Moraes dos Reis é professor da UFRJ e doutorando pela mesma universidade. HORÁRIO: 15h às 19h. LOCAL: Confederação Nacional do Comércio, Av General Justo, 307, Castelo, em frente ao Aeroporto Santos Dumont.

### 10/10 (sexta-feira)

19h às 24h - Festa de Comemoração dos 40 anos de posse da primeira diretoria do Cress - LOCAL: a confirmar. Haverá uma taxa de ingresso.

### 16/10 (quinta-feira)

18h - "Cinema no Cress" - filme "Doze homens e uma sentença", dirigido por

Sidney Lumet e estrelado por Herry Fonda. O filme é um drama/suspense com 96 minutos de duração e trata da questão ética, que é o tema central escolhido para as comemorações de outubro. A projeção será seguida de um bate-papo e a convidada é a assistente social Glauce Magalhães do Conselho Tutelar de Vila Isabel e mestre pela Uerj. O projeto "Cinema no Cress" vem para ficar e já está agendada para a próxima sessão, dia 13 de novembro, a projeção do filme "Pão e Rosas", de Ken Loach. A convidada será a assistente social Rute Gusmão. LOCAL: Auditório do Cress - Rua México, 41, Sala 1204. Serão distribuídas senhas meia hora antes do início da projeção do filme.

### 23/10 (quarta-feira)

18:30h - Esse dia será dedicado a atividades ligadas a política de comunicação do Cress/RJ. São elas: a atividade de Comemoração do nº 100 do Boletim Eletrônico "Via Cress", o lançamento da página do Cress na

Internet e o lançamento de cartaz sobre o Serviço Social. LOCAL: Auditório do Cress\*.

### 28/10 (terça-feira) Lançamento

Na última semana de outubro haverá o lançamento do projeto sobre "A produção do conhecimento em Serviço Social", no auditório do Cress\*. De acordo com o número de inscrição o local pode ser alterado. As palestrantes são as professoras da Uerj e doutoras Marilda lamamoto e Ana Maria Vasconcelos. Esse é outro projeto que veio para ficar. O objetivo é possibilitar encontros de exposição e debates, que dêem visibilidade ao processo de construção do conhecimento em textos publicados por autores que tenham a sua formação no Serviço Social. Outro objetivo é oferecer à categoria instrumentos de reflexão e socialização que remetam a importância de aprofundar as referências teórico-metodológicas em suas práticas

e incentivar as  
A proposta do p  
processo de co  
conhecimento.  
que o movimen  
profissão de Se  
concretizou nos  
importantes pro  
até hoje a contr  
profissional do  
referências em  
elaboração de  
Mas grande pa  
profissionais do  
não adquirem u  
teórico-metodol  
Poucos são aqu  
sobre sua práti  
projeto tem a in  
as dificuldades  
trabalho em for  
Vale a pena cor

Exposição de  
Cress/RJ) - Dur  
outubro, no Au

# 40 anos

FOTOS: ARQUIVO CRESS

Regina Marconi (foto menor) participou da solenidade que deu posse a primeira gestão depois do "Congresso da virada".



## Dados do mês do assistente social

No último mês de maio 2.539 pessoas, a maioria dos assistentes sociais ativos do Estado, estiveram presentes nas atividades promovidas pelo Cress (Sede e Delegacias) para comemorar o dia 15.

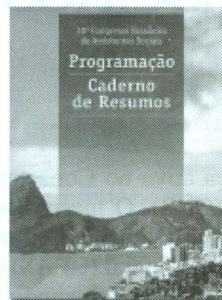
No entanto, as atividades promovidas pela Sede, 883 pessoas se inscreveram e não compareceram (nem comunicaram antecipadamente suas ausências), impossibilitando que outros profissionais e estudantes participassem das atividades. Houve casos em que a mesma pessoa se inscreveu para sete eventos (só os mini-cursos tinham número limitado de inscrições) e se ausentou de seis, sem registrar nenhuma justificativa.

O Cress enviou correspondência a todas as pessoas que se ausentaram, sem justificativa, de duas ou mais atividades para as quais estavam inscritas. A carta relatava itens como o prejuízo gerado a outros profissionais e estudantes, o investimento financeiro e de recursos humanos que foi despendido para o mês e o esforço de manter a gratuidade nos eventos do Conselho.

Vale destacar que os custos do mês do assistente social ficaram em cerca de R\$ 35.000,00 (cerca de R\$ 13,00 por pessoa). Isso significa que o CRESS investiu R\$ 11.500,00 com pessoas que se ausentaram dos eventos. Antes de fazer sua inscrição para os eventos comemorativos do mês de outubro, cheque em sua agenda se você poderá comparecer. A diretoria pede que, na impossibilidade de estar presente ao evento, o profissional ou estudante cancele sua inscrição na secretaria da entidade.

goria que são fechados em sua grande maioria. O conjunto CFESS/Cress passa a ser a referência para os assistentes sociais e passam a ter uma abrangência que não havia antes e absorvem parte da ação política, relata Regina Marconi. Mas, ela destaca que a gestão eleita para o Cras do Rio de Janeiro, em 1981, a primeira depois do "Congresso da Virada" e presidida por Luiz Ferreira da Silva e Maria Inês Bravo como vice, foi também a primeira a estar em consonância com as novas diretrizes apontadas pelo CBAS de 1979. Esse foi o momento em que os conservadores começaram a se afastar do Conselho.

## PUBLICAÇÕES À VENDA NO CRESS

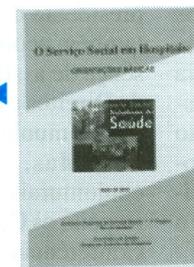


▶ Caderno de Resumos do CBAS R\$7,00

▼ Kit com o Caderno de Resumos do CBAS, camiseta e bolsa - R\$ 15,00



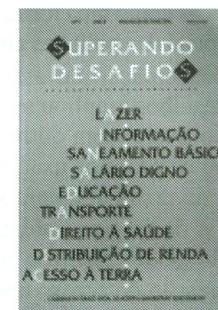
▶ Assistente Social - Ética e direitos, 4ª edição R\$ 13,00



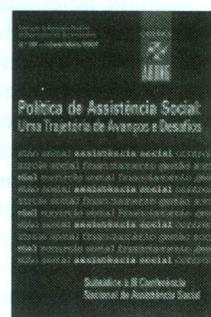
▶ O Serviço Social em Hospitais R\$ 3,00.



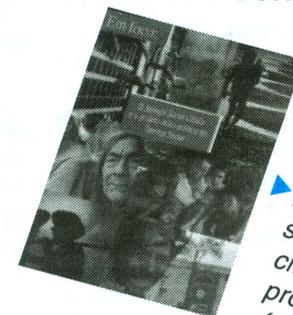
▶ Revista Inscrita R\$ 10,00, 2 por R\$ 15,00 e 3 por R\$ 25,00



▶ Superando Desafios R\$ 11,00



▶ Política de Assistência - Cadernos ABONG R\$ 3,00



▶ Em Foco: serviço social clínico e o projeto ético político do Serviço Social R\$ 10,00

e incentivar as suas sistematizações. A proposta do projeto é socializar o processo de construção do conhecimento. É importante lembrar que o movimento de revisão da profissão de Serviço Social se concretizou nos anos 80 e 90 com importantes produções, que continuam até hoje a contribuir na formação profissional do assistente social e são referências em concursos públicos, na elaboração de dissertações e teses. Mas grande parte das práticas profissionais dos assistentes sociais não adquirem uma sistematização teórico-metodológica e visibilidade. Poucos são aqueles que escrevem sobre sua prática cotidiana. Esse projeto tem a intenção de desmistificar as dificuldades de se objetivar um trabalho em forma de texto. Vale a pena conferir!

**Exposição de fotos dos 40 anos do Cress/RJ - Durante todo o mês de outubro, no Auditório do Cress\*.**

### Mini-cursos

Durante todo o mês será realizado o mini-curso "Ética, Direitos Humanos e o Projeto Ético Político do Serviço Social", de forma descentralizada, com o objetivo de atingir assistentes sociais de todo o Estado. Sempre para 30 pessoas (público máximo), de 9h às 18h

#### 2/10 (quinta-feira)

PÚBLICO-ALVO: Assistentes sociais do DEGASE, do Rio. LOCAL: Auditório do

Cress\*.

#### 08/10 (quarta-feira)

PÚBLICO-ALVO: Assistentes sociais da Região dos Lagos LOCAL: Auditório Inaiá. 2º andar. Pça Pref. Cláudio Ribeiro, s/nº. Extensão do Bosque, Prefeitura de Rio das Ostras.

#### 10/10 (sexta-feira)

PÚBLICO-ALVO: Assistentes sociais da região LOCAL: Auditório da Defesa Civil - Rua Almº. Júlio César de Noronha, Centro, Angra dos Reis, próximo ao Teatro.

PÚBLICO-ALVO: Assistentes sociais da Região de Campo Grande/RJ. LOCAL: Universidade Castelo Branco, Av. Santa

Cruz, 1631, Realengo.

#### 14/10 (terça-feira)

PÚBLICO-ALVO: Assistentes Sociais de Petrópolis e Teresópolis LOCAL: Auditório do INSS, Rua Monte Líbano, 158, Várzea, Teresópolis.

#### 15/10 (quarta-feira)

PÚBLICO-ALVO: Assistentes Sociais da Região de Barra do Piraí. LOCAL: Centro de Estudos Ronald de Carvalho, Santa Casa de Misericórdia Santa Rita de Cássia, Rua Franklin de Moraes, 67, Centro, Barra do Piraí.

#### 17/10 (sexta-feira)

PÚBLICO-ALVO: Assistentes Sociais de Acari/RJ. LOCAL: Auditório do INSS, Av. Brasil, 17673, Irajá.

#### 20/10 (segunda-feira)

PÚBLICO-ALVO: Assistentes Sociais das regiões Centro e Zona Sul do município do Rio de Janeiro. LOCAL: Auditório do Cress\*.

#### 23/10 (quinta-feira)

PÚBLICO-ALVO: Assistentes Sociais de Niterói e São Gonçalo. LOCAL: Policlínica Dr. Sílvio Picanço, Av. Ernani do Amaral Peixoto, 169. Auditório do 6º andar. Niterói.

#### 24/10 (sexta-feira)

PÚBLICO-ALVO: Assistentes Sociais da Região da Leopoldina/RJ. LOCAL: SUAM, Av. Paris, 72. Bon-sucesso.

#### 29/10 (quarta-feira)

PÚBLICO-ALVO: Assistentes Sociais do DESIPE. LOCAL: Auditório do Cress\*.

#### 30/10 (quinta-feira)

PÚBLICO-ALVO: Assistentes Sociais da Baixada Fluminense. LOCAL: Auditório do INSS, Rua Estados Unidos, 30. Nova Iguaçu.

PÚBLICO-ALVO: Assistentes Sociais de Jacarepaguá - a confirmar

PÚBLICO-ALVO: Assistentes Sociais da Região Serrana (Nova Friburgo e adjacências)

LOCAL: Nova Friburgo - a confirmar

\* O auditório do Cress fica na Rua México, 41, sala 1204, Centro do Rio de Janeiro.

# Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas

**D**esde o momento da criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em fevereiro de 1994, o Conselho Federal de Serviço Social, que ocupou assento nesse Conselho liderando o movimento dos representantes da sociedade civil na implementação da Política de Assistência Social com base na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), vêm priorizando junto com os Conselhos Regionais de Serviço Social a participação nos Conselhos de Direitos e Políticas como uma forma de garantir o controle social das políticas públicas.

A participação do assistente social nesses conselhos ampliou a ação conjunta do Serviço Social com outros sujeitos sociais como os próprios usuários, trabalhadores de diversos segmentos, entidades prestadoras de serviço e até mesmo de entidades do poder público na defesa da universalização do acesso aos direitos sociais, da transparência do investimento de verbas públicas e da qualidade dos projetos sociais desenvolvidos pelos governos em suas diferentes esferas.

De acordo com a presidente do Cress 7ª Região, Hilda Corrêa de Oliveira, a democracia que o Brasil recupera a partir de 1984, vai para além da democracia representativa com as eleições para o parlamento. Ela acredita que a democracia, nessa história recente do país, implica em grandes transformações no Estado brasileiro. É preciso, segundo ela, democratizar as relações do estado com o poder instituído. As pessoas passam a ser mais ativas ao indicar os pleitos e apresentar propostas a partir de suas demandas reais. Deixam de ser agente meramente contemplativos para efetuar o controle social das ações governamentais. Para atuar como agente efetivo, ela relata que há dois espaços formais constituídos, que são as Conferências (veja agenda na página 2) e os Conselhos de Direitos e Políticas.

## Expectativas

A categoria de assistentes sociais deposita expectativas nesses espaços, em que a sociedade pode ser escutada e que pode fazer valer os seus interesses. Usuários de políticas, integrantes de movimentos sociais e vários representantes da sociedade tem a oportunidade de pôr na pauta de negociação com o governo as questões que tenham o seu interesse e o seu olhar. Hilda cita Antonio Gramsci “a hegemonia dos interesses da classe popular” para acentuar a importância desses espaços constituídos.

A qualidade da intervenção tornou os profissionais do Serviço Social importante agente nos Conselhos de Direitos e Políticas. O CFESS, além do CNAS, também tem assento no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

(Conanda) e presença ativa no Conselho Nacional de Saúde (CNS). O mesmo se processa, em nível estadual, nos Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS) e Conselhos Estaduais de Saúde. Segundo a presidente do Cress 7ª Região, a entidade também acompanha e tem registro da presença de assistentes sociais em Conselhos de Direitos e Políticas em praticamente todos os municípios do Rio de Janeiro.

Mas, de acordo com dados conjunturais, o poder público ainda desprezita os Conselhos e as deliberações das Conferências das diversas áreas. Essa realidade impõe o fortalecimento de uma articulação do Serviço Social com outros sujeitos sociais a fim de que as políticas discutidas e aprovadas nessas instâncias sejam efetivadas.

## O projeto

Com o objetivo de qualificar ainda mais a ação do Serviço Social, o Cress 7ª Região elaborou a proposta do projeto “O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas”. Hilda explica que a intenção ao implementar esse projeto é estabelecer uma articulação continuada com esses profissionais, detectando as posições assumidas e a coerência dessas posições com o projeto ético-político da categoria. Essa experiência, na opinião da presidente, pode resultar em um apoio efetivo do Cress a esses profissionais, que atuam nesses espaços, no sentido de fortalecê-los e qualificar a sua intervenção. Além disso, entre os objetivos do projeto está a elaboração de proposições, pareceres, análise das políticas públicas e outras iniciativas a serem propostas aos Conselhos. Outra meta é ocupar espaços de representação junto aos Conselhos de Direitos e Políticas e contribuir com a articulação estadual e nacional de entidades e representações de trabalhadores, usuários e outras do campo popular nesses Conselhos.

Para participar do projeto “O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e Políticas” o profissional deve estar presente aos encontros estaduais, que acontecem de quatro em quatro meses e preencher um relatório síntese sobre as reuniões que participa (mensal). Vale destacar que a última plenária aconteceu no dia 29 de agosto e serviu de preparação para as conferências estaduais e nacionais.

Para compor a Comissão de Coordenação do Projeto, o profissional deve entrar em contato com o Cress através dos telefones da entidade.

**Comissão de Coordenação do Projeto: Hilda Corrêa Oliveira, Rodriane de Oliveira Souza, Jefferson Lee Ruiz, Kátia Rodrigues, Débora Preira, Daniele Brandt e Jaqueline Barros.**

# Na contramão da lei

Desde que o governo do estado lançou o projeto Zona Sul Legal em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, com o propósito de retirar a qualquer custo a população que vive nas ruas, várias discussões aconteceram no Cress 7ª Região junto com entidades parceiras a fim de desencadear um outro “olhar” sobre essa população.

A indignação tomou conta de vários profissionais, que lidam em seu cotidiano com essa parte da população que convive com o descaso do poder público. Além disso, mais uma vez o governo se une a mídia para a manipulação da opinião pública. A diretoria e agentes fiscais do Cress 7ª Região detectaram várias irregularidades em abrigos e centros de triagem para os quais era encaminhada a população retirada das ruas. Um relatório foi feito e encaminhado ao Ministério Público. Além

disso, foi construído um artigo (leia a íntegra no quadro) para ser enviado para a grande imprensa, que contou com a contribuição de vários assistentes sociais e a assessoria do Conselho, assinado pela presidente da entidade Hilda Corrêa Oliveira. Mas os jornais não publicaram, nem mesmo reduzindo o material e lançando como carta dos leitores.

Até o fechamento dessa edição, o Cress estava envolvido na promoção da Audiência Pública “Projeto Zona Sul Legal. Legal para todos?” junto com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), presidida pelo Deputado Alessandro Molon, a 1ª Vara da Infância e Juventude e algumas entidades não governamentais parceiras como a Ocas, Nova Pesquisa, Médico Sem Fronteiras entre outras, marcada para o dia 8 de setembro, na Alerj.

## UM PROJETO FORA DA LEI

*Hilda Corrêa de Oliveira\**

O município do Rio de Janeiro tem presenciado, nos últimos dias, iniciativas do Governo do Estado, com apoio da Prefeitura, de retirar moradores de rua, mendigos e adolescentes das ruas de Copacabana. Está anunciado que as mesmas medidas deverão ser tomadas em outros bairros da cidade. Ao projeto, ironicamente, foi dado o nome de “Zona Sul Legal”.

As situações geradas pelas primeiras ações desse projeto não encontram qualquer sinônimo para o termo “legal”, nem no que diz respeito às legislações, muito menos quando entendemos como legais atos agradáveis de se ver, praticar e sentir. As operações, já encaminhadas pelo projeto, constituem flagrante desrespeito à legislação social existente no Brasil, que é fruto de estudos, debates, dedicação profissional e militante de milhares de pessoas, de várias profissões e matizes ideológicos. Desrespeitam o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê que crianças não podem ser alojadas em situações que degradem sua saúde, sua educação, sua intimidade. Desrespeitam a Lei Orgânica de Assistência Social, que identifica como dever do Estado prover os mínimos sociais para garantir o atendimento às necessidades básicas da população. Confrontam, inclusive, a Constituição Federal, que reza que ninguém pode ser submetido a tratamento desumano ou degradante.

O avanço da pobreza e da desigualdade social no país, resultados da política econômica neoliberal que, infelizmente, o atual Governo Federal insiste em seguir implementando, gera índices de desemprego, exclusão e abandono que já se encontram entre os maiores nas estatísticas recentes. Particularmente nas grandes cidades, há tempos vem sendo demonstrado que esta situação é geradora da violência, da fome, do aumento de pessoas sem local para morar, que ocupam ruas e outros espaços públicos. A falta de emprego formal leva um número cada vez maior de pessoas a vender seus produtos em barracas e mesas improvisadas nas grandes cidades, para gerar condições de sobrevivência. O desemprego também faz com que mais de 40 mil trabalhadores (dentre eles vários com curso superior completo) disputem vagas em concurso para garç, que oferece R\$ 610,00 de vencimentos, valor inferior ao necessário para a vida de uma família de quatro pessoas, caso seguidas as definições da própria Constituição Federal.

Na última semana, dezenas de moradores de rua e adolescentes, vítimas inegáveis deste quadro, vêm sendo “recolhidos”, supostamente para serem cadastrados, alimentados, banhados e, posteriormente, encaminhados a unidades de acolhimento. O Conselho Regio-

nal de Serviço Social – Rio de Janeiro, no cumprimento de seu dever de fiscalização das condições em que assistentes sociais exercem suas funções, teve a oportunidade de visitar o Centro de Triagem, na Praça da Bandeira, centro do Rio de Janeiro, inaugurado, com alarde, pela prefeitura no último dia 15 de maio. Um de nossos diretores e as duas agentes fiscais que realizaram a visita constataram e ouviram relatos de situações que nada têm de legal. Embora a previsão de permanência das pessoas recolhidas ao Centro seja de quatro horas, havia usuários há quase trinta dias submetidos a alimentação precária e falta de água. Entre as irregularidades, foi verificado o alojamento de recém-nascido e crianças pequenas junto de pessoas com suspeita de tuberculose, adulto e idosos.

Recentemente um vazamento de esgoto inundou o segundo andar do prédio, onde dormiam alguns adolescentes em colchonetes. Estas condições não atingem apenas os usuários. Os técnicos que ali trabalham não têm, sequer, instalações sanitárias e são obrigados a usar as dependências de um posto de gasolina próximo.

Uma das medidas anunciadas para as próximas fases do “Zona Sul Legal” é a retirada dos camelôs das ruas da cidade, iniciativa que já tem transformado em verdadeira praça de guerra o centro do Rio de Janeiro e que, inevitavelmente, fará crescer o número de pessoas em situação de abandono. Trata-se violentamente o trabalhador que, por sua iniciativa própria, tenta garantir o mínimo necessário para sua vida.

O projeto Zona Sul Legal caminha na contramão da lei, tratando a questão social como caso de polícia. O mesmo Estado que gera desigualdade com sua política social, econômica, educacional, submete suas vítimas a tratamentos degradantes, que negam a perspectiva da vida, da liberdade e dos direitos de todo ser humano.

É tarefa dos governos do Município, do Estado do Rio de Janeiro e do Governo Federal, gerar alternativas para a população desassistida das condições mínimas de vida. Sem violência. Sem desrespeito aos direitos de nossas crianças. Sem qualquer tolerância com a fome, com a corrupção, com desvios de verbas destinadas às políticas sociais para interesses de ordem particular ou de grupos privados.

Desigualdade social se combate com direitos e políticas públicas. Transformar nosso município em um Rio de Janeiro legal requer ações conjuntas das esferas públicas na promoção da vida em suas mais diversas esferas, mais que ações de impacto e de ilusão de resolução dos problemas sociais.

*Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – artigo enviado, dia 01/07/03*

# Projeto resgata a cidadania de adolescentes que vivem nas ruas

O projeto de atuação junto aos adolescentes que desenvolvem atividades nos sinais de trânsito das ruas da Barra da Tijuca é financiado pela Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e apoiado pela Ong Ipezo (Instituto de Pesquisas da Zona Oeste) e pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Castelo Branco. O projeto, coordenado pelo assistente social e professor Ney Luiz Teixeira de Almeida, conta com uma equipe multidisciplinar composta do professor supervisor de Educação Física, Edmundo de Drumond Alves Júnior; da supervisora de Serviço Social, Elisabete dos Santos Queiroga; da supervisora de Terapia Ocupacional, Luciana Machado; da supervisora de Psicologia, Rosângela Pires dos Santos e da professora coordenadora das atividades de campo, Hermínia Castro da Silva. Todos profissionais da Universidade Castelo Branco. Além disso, participam vários alunos, estagiários das áreas citadas acima.

## Trabalhadores

As ações desenvolvidas pelo projeto são no campo da cultura, do lazer e do apoio social aos adolescentes e suas famílias. De acordo com Ney, hoje o projeto atende 22 adolescentes (faixa de 12 a 17 anos), que se auto-representam como trabalhadores de rua e que em sua maioria fazem malabarismos com laranjas enquanto os carros param no sinal de trânsito. A perspectiva do trabalho não é a de fazer o recolhimento desses meninos, afirma o coordenador, que acrescenta que a idéia é fazer um resgate da cidadania e da auto-estima para que eles naturalmente possam fazer o caminho de casa. De acordo com dados da equipe, 100% dos adolescentes que participam do projeto já não dormem mais nas ruas. "Eles estão despertando o gosto de aprender e o desejo de voltar para a escola", ressalta entusiasmado o supervisor de Educação Física.

## Característica interdisciplinar

Elisabeth Queiroga lembra que o lançamento do projeto, em novembro de 2002, contou com a presença de autoridades e cerca de 50 crianças que participaram de atividades durante todo o dia. Mas o início mesmo do projeto foi em agosto, com o pré-levantamento de dados e treinamento e processo de seleção da equipe acadêmica. Em outubro foi feita a abordagem nas ruas.

Elisabeth também destaca a característica interdisciplinar do projeto e que todos os profissionais envolvidos fizeram visitas domiciliares. A perspectiva de trabalho não é moralista e visa criar uma metodologia de abor-

dagem e acompanhamento dos adolescentes de forma a não marginaliza-los. Vale ressaltar que todas as normas de convivência dentro do grupo foram elaboradas por eles mesmos e que essas normas reproduzem as normas rígidas que eles estão habituados a enfrentar. A equipe trabalha para reverter alguns itens como por exemplo, uma tolerância maior com o atraso de cada um.

Ney revela que cada adolescente recebe uma bolsa de R\$ 50,00 para participar dessas atividades, que acontecem de duas a três vezes por semana. Mas ele garante que a maior motivação desses meninos não foi a bolsa e sim o entusiasmo de participar de atividades dentro e fora da universidade e ter contato com computadores, por exemplo. Eles entendem o

processo de resgate da cidadania. Edmundo acredita que esse projeto, com o tempo, acaba tirando as crianças das ruas, mas se não tirar, com certeza, será uma experiência que ficará registrada para sempre.

As atividades desenvolvidas pelo projeto não se restringem ao sócio-educativo. Os meninos, como são tratados carinhosamente os bolsistas, são sujeitos dessas atividades. Há uma troca. A cada mês há um planejamento com oficinas variadas que podem abordar a questão das drogas, grafiteagem, dança, informática. "É um outro olhar social", enfatiza o coordenador. Todos os profissionais envolvidos garantem que é um projeto viável tecnicamente e financeiramente e que a continuação dele depende apenas de vontade política.



Bolsistas do projeto recuperam a auto-estima através das atividades e Elisabeth Queiroga participa das oficinas.

**"A perspectiva do trabalho não é a de tirar os meninos da rua"**

Ney Luiz



## Fórum discute estratégias contra a fome no Estado

O I Encontro do Fórum Fluminense de Segurança Alimentar e Nutricional foi realizado no dia 17 de julho na Faculdade Bennett, no Rio de Janeiro e teve como principal objetivo à consolidação desse fórum como referência de mobilização, articulação e proposição de políticas públicas que assegurem o direito humano à alimentação e a nutrição no Estado. Outros objetivos foram apresentar e discutir o programa Fome Zero, estimular a formação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios fluminenses e elaborar uma agenda de ação política comum ao conjunto das entidades e movimentos, que tenha como recorte à questão da Segurança Alimentar e Nutricional.

Cerca de trezentas pessoas, representantes de comunidades, entidades sociais, universidades, Ongs e conselhos municipais e estaduais, discutiram saúde, educação, saneamento, reforma agrária, agricultura, trabalho e alimentação, que foram o temas centrais do Fórum.

A mesa de abertura contou com a presença do secretário de Programas do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar Newton Gomes; o subsecretário de Estado de Ação Social, Ricardo Bittar, o bispo da Diocese de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli; do coordenador do Núcleo Gestor do Fome Zero no Banco do Brasil, Carlos Netto; da professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal Fluminense, Luciene Burlandy e de um representante do Fórum

Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional.

### Desafios

A primeira conferência teve como tema "A Segurança Alimentar e Nutricional: os desafios das políticas públicas como instrumento de inclusão social". A moderadora foi a presidente do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região, Hilda Corrêa de Oliveira, que é também da coordenação do Fórum Estadual de Assistência Social. Depois houve debate. A segunda conferência foi "Segurança alimentar e nutricional: estratégias para o Estado do Rio de Janeiro". A agricultura familiar, muito relacionada à reforma agrária e a produção contra a fome, foi um dos temas de destaque do debate.

A comissão organizadora do Fórum Fluminense de Segurança Alimentar e Nutricional apresentou no final do I Encontro sua plataforma provisória, com metas a médio e longo prazo contra a fome no Estado. Está prevista para o dia 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação, uma grande marcha pela segurança alimentar. Também foi proposta uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) para a discussão do Consea fluminense. Foram apresentadas propostas de combate à desnutrição materno-infantil, de ampliação ao acesso à terra rural e o fortalecimento da agricultura familiar e de um conjunto integrado de ações relacionando habitação, saneamento e meio ambiente.

# O Movimento Social Organizado e o Serviço Social

Militantes mostram sua visão do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais.

O Serviço Social interage com o Movimento Social Organizado, seja participando dos mesmos eventos, seja encarando-o como objeto de estudo acadêmico, na própria atuação profissional ou até mesmo na militância. Representantes desse segmento mostram respeito pela categoria e reconhecem como importante o papel que deve ser desempenhado pelos assistentes sociais, mas a maioria admite que a profissão ainda é confundida com assistencialismo por grande parte da população. Alguns depoimentos mostram ainda que certas circunstâncias podem limitar o trabalho desse profissional.

O diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ronaldo Moreno, frisa que o Serviço Social é uma profissão de grande importância e tende a crescer, devido às desigualdades e contradições existentes em um sistema capitalista, como o que vivemos. Ele avalia, por exemplo, que há um embrutecimento dos trabalhadores, que acabam por aceitar com naturalidade a redução dos seus direitos e que o papel do assistente social é fundamental para o resgate da cidadania desses trabalhadores.

Na opinião de Moreno, o atual presidente da República, que vem da classe trabalhadora, deveria incentivar as políticas públicas e sociais de uma maneira mais firme. Ele avalia que o programa Fome Zero do governo Lula apresenta compensações ilusórias com um cunho assistencialista e mais uma vez não ataca o problema. O Serviço Social tem um papel fundamental na construção dessas políticas.

Moreno, que apesar de não possuir formação acadêmica (tem o segundo grau incompleto e é funcionário da Ligth), mas por conta da militância está próximo dos espaços acadêmicos, afirma que mesmo nesse meio ainda há uma confusão entre a imagem do assistente social e do assistencialismo. Além disso, ele diz que os assistentes sociais que trabalham em empresas podem ser usados pelas mesmas para amenizar o efeito de políticas perversas contra os trabalhadores. Ele cita o exemplo da companhia que trabalha, que adotou uma política de privatização e redução do quadro de funcionários. A pressão foi tão grande sobre esses trabalhadores que em oito anos morreram cinco pessoas de problemas cardíacos. Ao mesmo tempo ele assistiu a empresa obrigar o assistente social a cumprir com um papel que ele, muitas vezes, não concorda que é de minimizar os con-



flitos que aqueles trabalhadores estavam tendo com o patrão. Por tudo isso é uma profissão muito difícil, diz ele, que acrescenta já ter observado que dentro da mesma categoria existem dois tipos de profissionais, aqueles que estão realmente engajados politicamente e os que se acomodam. "É como se fosse um racha", avalia.

## Estratégia

O coordenador estadual do MST, José Luis Patrola, informa que há alguns assistentes sociais que coordenam setores do Movimento, principalmente na área da saúde, mas a categoria também faz parte, organicamente, das mais variadas tarefas, não atuando só no Serviço Social. Ele lembra que o MST é composto da população de excluídos da terra e do trabalho, que precisam resgatar sua auto-estima e cidadania. Por isso, é importante que haja integração para uma ação coletiva. Há setores que atuam na educação, assistência técnica agrícola e cultura e é estratégico que haja sempre assistentes sociais e pedagogos nesses grupos compostos por jovens e adultos. O coordenador ressalta que há muito respeito com esses profissionais que trabalham no MST.

Patrola entende que o Serviço Social não é assistencialismo e sim uma ciência, mas não descarta a possibilidade da caridade ser uma das atribuições desse profissional, que na sua visão está sempre comprometido a interpretar a sociedade e promover a igualdade social. O coordenador do MST, que chegou a participar do últi-

mo Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) realizado no Rio de Janeiro em 2001, admira o trabalho do professor José Paulo Neto, com quem teve a oportunidade de aprender um pouco mais sobre o Serviço Social. Mas ele faz uma crítica às universidades. "Há um distanciamento entre os movimentos populares e as universidades". E, no entanto, acredita Patrola, deveria haver uma aproximação através de uma política pública que incentive essa relação.

A diretora da Federação de Associação de Moradores, que possui cerca de duzentas associações de moradores e permaneceu com a sigla MAB (antigo Movimento dos Amigos do Bairro), Bartíria Lima da Costa, afirma que dentro do movimento há uma clareza do papel do assistente social, pois a entidade já trabalhou diretamente com profissionais do Serviço Social, discutindo a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), a criação dos conselhos e participando de várias atividades em conjunto. Ela acredita que algumas ações do governo, que deveriam passar pelo assistente social, acabam se tornando assistencialistas exatamente por não terem esse olhar mais profissional do Serviço Social. Bartíria cita o exemplo da atual Secretaria Municipal de Ação Social (SMDS) que não atua nas políticas sociais com o critério que deveria. A diretora do MAB diz que percebe que há na categoria um conflito de assistentes sociais que sabem exatamente o seu papel e de outros que não sabem.

## Profissionais engajados

A socióloga Elisabeth Viana, que atua no Movimento Negro Unificado (MNU), acredita que a sociedade ainda tem expectativas em relação à idéia de relacionar a "moça boazinha" à imagem do assistente social. Ela sabe que há profissionais ligados à origem caritativa do Serviço Social, mas avalia que isso é uma opção ideológica. Elisabeth avalia que o assistente social é o profissional responsável por fazer a ponte entre os anseios da população e a implementação de práticas e políticas que venham atender a essas demandas. Em qualquer fórum a política de assistência deveria ser do assistente social. A socióloga relata que sua vivência pessoal, dentro e fora do Movimento Social Organizado, permitiu que ela passasse a entender e a reconhecer a capacidade e qualidade da formação do assistente social.

Segundo Elisabeth Viana, os assistentes sociais são profissionais engajados que fazem a junção da teoria com a práxis. Além disso, são capazes de fazer diagnósticos importantes, descobrindo os problemas vitais da população. Por isso têm muita contribuição a dar e junto com as organizações e mobilizações populares podem ajudar na transformação da sociedade.

A professora Oscarina Siqueira é vice-presidente do Movimento de Mulheres em São Gonçalo, que já existe há 14 anos. Ela explica que há um reconhecimento muito grande do trabalho dos assistentes sociais dentro do movimento de defesa das mulheres. Fazem parte da diretoria mulheres de todas as profissões como donas de casa, professoras, contadoras entre outras profissões, além de três assistentes sociais que são Marisa Gasparly, Dolores Fonseca e Dayse Brasil. A entidade, segundo Oscarina, trabalha com mulheres que sofrem violência e para resgatar a cidadania, auto-estima e a própria dignidade dessas vítimas da violência são encaminhadas a oficinas, cursos e outras atividades. Nesse trabalho, afirma a vice-presidente, o papel do assistente social é fundamental.

A professora Selma Rocha, que também faz parte da diretoria do Movimento de Mulheres em São Gonçalo, concorda com a opinião de Oscarina sobre a importância do trabalho dos profissionais de Serviço Social nessa área de combate a violência contra as mulheres. Ela relata que essas vítimas, depois que passam pela orientação dos assistentes sociais recuperam a auto-estima. Ela explica que o movimento realiza um trabalho em parceria com o Centro Especial de Orientação à Mulher (Ceom), na prevenção de DST's e Aids. No Ceom há assistentes sociais que desenvolvem um excelente trabalho com as usuárias, opina Selma. Para ela, todos os segmentos deveriam contar com o apoio do Serviço Social.